



ATA N.º 16/2015

DA 3.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2015
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 7 DE OUTUBRO DE 2015

-----No dia 7 de outubro de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de setembro de 2015 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 14 de setembro de 2015 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2016;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de lançamento de derrama a cobrar no ano de 2016;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2016;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2016;*
- PONTO 10 - *Obras em edifícios e arruamentos contratadas por concurso público ou por ajuste direto de empreitadas de obras públicas em curso e em vias de serem lançados;*
- PONTO 11 - *Análise das deliberações e teor do concurso público provisório relativo ao Serviço A ONDA.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 47 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO |
|-----------------|--|
| PS | Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) |
| PS | Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) |
| PS | Eduardo Manuel de Sousa Andrade |
| PS | João Henrique Pereira |
| PS | João Luís da Silva Gomes |
| PS | Márcio Filipe dos Santos Viegas |
| PS | Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato |
| PS | Maria Paula Dias da Silva Couto |



Fl. 201v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

| | |
|-----|--|
| PS | Paulo José Dias Morgado (Presidente) |
| PS | Victor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) |
| PSD | Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta |
| PSD | Fernando Manuel Cristino Marreiro |
| PSD | Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário) |
| PSD | Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo |
| PSD | Rui Filipe Machado de Araújo |
| LCF | Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária) |
| LCF | José Manuel da Silva Jácome |
| LCF | Jorge Manuel Fernandes Ferreira |
| CDU | Ana Paula Pereira Viana |
| CDU | Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa |
| CDU | José Manuel da Glória Freire de Oliveira |
| TSL | José Alberto Baptista |
| BE | José Manuel Maia dos Santos |

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO |
|------------------------|---|
| PS | Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença |
| PS | Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) |

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

| GRUPO MUNICIPAL | NOME DO MEMBRO | PERÍODO SUBSTITUIÇÃO | SUBSTITUTO |
|------------------------|--|-----------------------------|---------------------------------|
| PS | Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo | 1 dia | Márcio Filipe dos Santos Viegas |

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

| PARTIDO | NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL |
|----------------|---|
| PS | Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente |



| | |
|-----|---|
| PS | Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente |
| PS | Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador |
| PSD | Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador |
| CDU | Luís Carlos Carradinha Reis - Vereador |
| LCF | Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador |

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

| PARTIDO | NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL |
|---------|--|
| PS | Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora |

-----**PONTO 6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO DE 2016:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 565-5.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta introdução, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME DO MEMBRO | HORA |
|-----------------|--|-------|
| PS | Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença | 20.51 |

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “Inicia-se nesta reunião da sessão da AM ordinária de Setembro o debate e a apreciação de diversos documentos sobre os impostos municipais a incluir no Orçamento de 2016 e a comunicar à Direção Geral dos Impostos. São eles: participação variável no IRS, Derrama, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Imposto Municipal sobre Imóveis. Antes de se pronunciar sobre cada um deles, a TSL entendeu fazer uma Declaração prévia, de modo a apresentar, globalmente, as razões políticas e socioeconómicas da sua posição em relação às mesmas. Assim, em conjunto com a leitura da proposta das GOP para 2016, a TSL analisou a proposta de Orçamento, e chegou a três fiáveis conclusões: 1. Primeira. A CM intentará, em 2016, uma especial atenção ao relançamento da vida económica local, como se depreende do conteúdo do seu novo “ministério”, a “Equipa multidisciplinar de desenvolvimento económico, financiamento externo e eficiência de recursos”. É um bom capítulo, bem estruturado e de fácil legibilidade. Muitas das questões que a TSL, e mesmo outros Grupos Municipais, tem levantado nesta área, poderão encontrar resposta nas GOP para 2016. 2. Segunda. A situação financeira da CM está mais equilibrada, mesmo com algum excedente orçamental, o que implicará a abertura, em 2016, para uma revisão do PAEL/PAF, afastando, assim, algumas das cláusulas leoninas e



Fl. 202v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

castradoras da gestão municipal. É a própria proposta das GOP para 2016 que reconhece que se “aconselha a que seja equacionado proceder a uma revisão do plano, partindo do princípio de que se encontram postos em causa um conjunto de pressupostos que presidiram à sua elaboração”. Realça-se a parte final deste parágrafo das GOP: “que se encontram postos em causa um conjunto de pressupostos que presidiram à sua elaboração”, com que a TSL concorda e de que retirou parte da razão política e orçamental para a apresentação das suas propostas de substituição. 3. Terceiro. O Orçamento apresentará um maior rigor, não empolando rubricas da receita, nem desmandando gastos na despesa. Mas, continua a utilizar a rubrica de Outros e Outros Serviços com uma verba nada despendida. No mapa resumo do Orçamento, por exemplo, o valor é de 1 690 mil euros; contudo, na soma da TSL, por parcelas do Orçamento, o valor é superior a este: é de 2 300 mil euros. Perante estes dados favoráveis que a própria CM não contestará, a TSL não pode deixar de lembrar a situação de muitos lacobrigenses que, sofrendo as agruras da austeridade, seja através do brutal aumento de impostos do ministro Gaspar, seja pela retirada de rendimentos diretos, ou indiretos, exigem merecer mais atenção dos seus eleitos, sobretudo, quando já há possibilidades financeiras para o fazer. Assim, no conjunto da sua análise dos quatro documentos, a TSL tomou em consideração, não só o que das GOP e do Orçamento municipal para 2016 se infere, como a necessidade de enquadrar o sistema tributário local no âmbito da justiça social e económica a que o Município deve corresponder nas suas propostas de receitas, taxas e impostos municipais. Neste momento, a TSL não pode deixar de lembrar a sua quota parte de participação de solução com que contribuiu para a atual situação económica e financeira do Município, pois, durante estes dois, não inviabilizou nenhuma das propostas orçamentais, nem de imposto e de receitas do Município apresentadas na AM. Assim, tomando em consideração os aspetos favoráveis aceites pela própria CM e a necessidade de repor mais justiça na carga de impostos de muitos lacobrigenses, permitindo, também, uma maior participação destes na retoma económica do Município, A TSL decidiu apresentar duas Propostas de substituição às propostas da CM, relativas: - À participação variável no IRS no ano de 2016 e - à alínea b) da Proposta da CM para o IMI de 2016. Para o efeito, a TSL entrega na Mesa as referidas Propostas, nas quais não deixou de referenciar o efeito orçamental das mesmas.”-----

-----Seguidamente o Sr. José Alberto Baptista (TSL) apresentou a seguinte Proposta: “De acordo com a sua Declaração inicial, a Coligação TSL apresenta, ao abrigo do Regimento da AM, uma “Proposta de substituição” à proposta da CM. A Coligação TSL propõe que seja fixada, para o Município de Lagos, a taxa de participação no IRS de 2016 em 4,5 % (quatro e meio). Esta redução do valor da taxa proposta pela CM de 5% para 4,5% poderá afetar o Orçamento Municipal em cerca de 100 mil euros, os quais serão facilmente recuperados, ou na desafetação desse valor das rubricas de Outros e Outras Despesas, ou na afetação de parte do excesso da receita do IMT de 2015. Mais, e mais importante, é que o valor a obter com a taxa de 4,5% coincide com a verba orçamentada pela CM para 2016, de acordo com o “cálculo de previsão de receita” inserido na Informação n.º 17746, de 21/08/2015, anexa à



proposta da CM. Em ambos, taxa de 4,5% e valor orçamentado para 2016, o valor é o mesmo: 1 032 mil euros.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO | HORA |
|-----------------|---|-------|
| PS | Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) | 20.56 |

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse concordar com a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal TSL, achando, no entanto, que a mesma poderia ser mais ambiciosa. Referiu que nas eleições legislativas, todos os Partidos foram da opinião de que se verificasse uma diminuição dos impostos sobre o rendimento do trabalho, nomeadamente sobre a sobretaxa do IRS, uma vez que a situação está um pouco mais folgada.-----

-----Seguidamente o Sr. Rui Araújo (PSD) apresentou a seguinte Proposta: “Considerando que: - O Concelho de Lagos é um dos Municípios a nível nacional com uma das maiores capitações de impostos per capita; - O Concelho de Lagos, tem uma forte componente sazonal na área do emprego e da atividade empresarial; - Existe um número de famílias para quem o pagamento do IRS representa mais uma dificuldade face aos valores que o mesmo se situa, devendo considerar-se também outros impostos, taxas e etc. (destinados ou pagos) à Câmara Municipal de Lagos, os quais, também são praticados por alto quando comparados com outros municípios; - A adesão ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), que obriga ao cumprimento de um Plano de Ajustamento Financeiro (PAF). - A inexistência em atraso por parte do Município de Lagos. O Grupo da Assembleia Municipal de Lagos do PSD propõe: - A fixação de uma taxa máxima de 3% para o IRS.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse ficar sensibilizado com os apontamentos e com as Propostas dos Grupos Municipais TSL e PSD. A propósito de taxas municipais disse entender que se estava a passar por um momento de viragem sobre, uma vez que se verificava um crescimento da economia, apesar de relativo. Referiu que os mesmos valores e os mesmos princípios que o OS defende a nível nacional, deveriam ser aplicados em Lagos. Disse subscrever a Proposta do PSD, tendo em conta o crescimento da economia e o facto de Lagos ser um dos Município que mais receitas municipais arrecada, per capita, sendo que a eventual “perda” de receita será colmatada facilmente, uma vez a Câmara Municipal tem dado provas de uma boa gestão.-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) leu a seguinte declaração: “1. O IRS é o imposto único sobre os rendimentos dos agregados familiares, de taxa progressiva e que, apesar das distorções introduzidas pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, traduz alguma aproximação a princípios de solidariedade e de justiça fiscal. Salvo casos absolutamente excecionais (como os das regiões autónomas) nada justifica que se introduzam no regime do imposto fatores



Fl. 203v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

aleatórios que prejudiquem ainda mais a sua natureza e a já debilitada justiça fiscal relativa que lhe é inerente. 2. O desagravamento da carga fiscal em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o Governo e a Assembleia da República têm obrigação de dar resposta, seja pela revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à coleta. Não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor da vontade política dos seus órgãos, de meras opções demagógicas ou de oportunismo político. Muito menos faz sentido que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que “voluntária” da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito. 3. O “benefício” fiscal que resulta do facto de os municípios abdicarem da participação no IRS, no todo ou em parte, é: A. Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores forem os rendimentos; B. De montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos, e nulo ou quase, para a generalidade da população; C. Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, conseqüentemente, melhorar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas noutros impostos, taxas, tarifas ou preços. D. Com a arrecadação desta receita acumulada, a Câmara Municipal pode compensar a proposta da CDU de isenção de derrama sobre os rendimentos até 150.000,00 €. Face ao atrás exposto, e porque a proposta agora apresentada pela Câmara Municipal, vem ao encontro da opinião da CDU sobre esta matéria, votamos a favor da mesma.”-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) disse que se algumas das Propostas feitas pelo PSD e pela TSL, for aprovada, fica em causa o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro. Referiu não ser um ato responsável a apresentação de tais Propostas.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a proposta de Orçamento da Câmara Municipal, para 2016, tem previsto um valor, relativo à arrecadação de receita proveniente da participação fixa no IRS, de cerca de 1 milhão e 23 mil euros; a proposta da TSL de 4,5%, dá um valor de cerca 1 milhão e 32 mil euros, mais do que o previsto em Orçamento, mas com a taxa a 5%, a previsão é de 1 milhão 147 mil euros. Perante estes factos solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal relativamente a estes números.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o PSD diz que o PAF está a ser cumprindo e até ultrapassado, sendo isso bom para o Município. Referiu que o pagamento a fornecedores está em dia, e que a situação financeira da Câmara Municipal melhorou e vai continuar a melhorar, permitindo com isso fazer o que há a fazer, como melhorar escolas, requalificar estradas, vias, espaços verdes, equipamentos, património, etc.. Afirmou que não quer uma Câmara abastada com a população a passar por dificuldades, o que quer é uma Câmara com estabilidade financeira que permita dar respostas atempadas aos muitos problemas que há por resolver no Concelho. Disse que a situação financeira da Câmara Municipal está melhor, mas ainda não está numa posição folgada que permita, como



é desejo de todos e em especial de quem dirige o Município, baixar as taxas municipais para níveis mínimos. Referiu que, no imediato, o objetivo é gerir a Câmara Municipal com rigor e cautela.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o PAF da Câmara Municipal de Lagos está bom e recomenda-se, ao contrário de outros; está a ser cumprindo e está a sê-lo de uma maneira diferente daquele que foi apresentado a nível nacional, uma vez que não foi necessário recorrer-se ao aumento de impostos municipais. Referiu que a situação financeira do Município melhorou com a redução da despesa, mas por um lado estão definidas metas de arrecadação de receita pelo Plano de Ajustamento Financeiro, que não permite prescindir de determinadas receitas. Disse que a economia local, em especial a imobiliária, deu uma ajuda e fez com que uma parte de uma receita que estava adormecida crescesse, mas numa ótica de despesa e de redução de dívida, verificou-se uma forte contenção na despesa. Referindo-se a quem afirma que a receita arrecada pelo Município de Lagos, per capita, é uma das maiores do País, disse que quem o diz não está a analisar a verdade dos números, uma vez que uma cidade, como a de Lagos, que tem uma componente imobiliária forte, vive do turismo e do mercado de segunda habitação, tem uma arrecadação de receita per capita maior do que aqueles que não têm mercado de segunda habitação, que em Lagos é mais de 50%, logo quem coloca esse pretexto em cima da mesa, está a desvirtuar os números. Relativamente ao valor que constará no Orçamento para 2016, disse que os valores que têm que constar no Orçamento resultam do cumprimento de regras para elaboração do Orçamento, sendo que a previsão que consta na documentação do Ponto, é feita com pelos Serviços com base de uma informação não fechada, fornecida pelas Finanças; acrescentou que o valor previsto nunca é atingindo.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que por muito que o Sr. Vice-Presidente tente trocar os números, a Câmara Municipal de Lagos é uma Câmara abastada, uma vez que per capita é um dos Municípios do País que mais receitas fiscais recebe. Referiu que a receita fiscal não é um direito do Município, a receita fiscal é afeta ao Município na medida em que este a sabe gerir e aplicar, da melhor maneira possível, ao serviço das suas populações. Disse respeitar a posição da CDU, mas entende que a redução no IRS não é tão cega como possa parecer, pelo que entende haver margem para a redução proposta, libertando assim recurso para que a economia possa crescer.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que não foi o PSD, quer a nível local, quer a nível nacional que aumentou o endividamento. Referiu que o Plano de Ajustamento tem que ser ajustado à realidade e a realidade em 2015, é diferente da de 2012, quando o Plano foi acordado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Sr. José Alberto Baptista, referiu-se a um Plano e Orçamento para 2016, pelo que perguntou se essa referência era ao Plano e Orçamento do Estado ou da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que se refere ao Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2016 que foi enviado para os Membros do Conselho Municipal da Juventude.-----



Fl. 204v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou autorização para que os Vereadores que não são do PS, na qualidade de Vereadores, têm conhecimento, por parte da Câmara Municipal, de alguma proposta de Plano e Orçamento para 2016.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) (1.º Secretário da Mesa), depois de ter saído da Mesa e tomado lugar na ancada do PSD, disse o seguinte: “O PSD ao longo destes 2 anos de Mandato Autárquico teve sempre um comportamento responsável, de benefício da dúvida, para com a Câmara. Digo aqui e assumo inteiramente aquilo que vou dizer, reconheço o excelente trabalho nesta Câmara Municipal durante estes anos que está à frente dela. Conseguiu reduzir a dívida, conseguiu colocar a casa, praticamente em ordem. Agora o que eu acho que é necessário, e é isso que eu não vejo nestes 3 Pontos que estamos a discutir, um sinal para a população, um sinal que diga, um sinal apenas, bastava um deles ter uma pequena redução, era um sinal para a população de que a Câmara estaria orientando e dando sinais de abertura para que mais alguma parcela de dinheiro ficasse no bolso dos lacobrigenses. É preciso perceber que todos nós, todos nós, ao longo de 4 anos, todos nós, sem exceção, tivemos uma dura batalha, tivemos grandes dificuldades. O PSD sempre se manifestou, dando sempre o benefício da dúvida em relação a isso. Nós em Lagos, nós no País, uma carga fiscal enormíssima, a nível nacional e a nível do Município, portanto está na altura, senhores Deputados, Câmara Municipal de darmos um sinal à população que é possível inverter essa situação e é só nesse sentido que eu intervirm. Outra coisa, em relação aos 4 anos para além da Troika eu quero lembrar ao meu ilustre amigo João Gomes que o povo português não entendeu na totalidade assim. Não entendeu na totalidade assim. Apesar de todas as dificuldades, apesar de todas as dificuldades o povo português votou na Coligação, portanto a Coligação ganhou as eleições, não quer dizer, não quer dizer, que agora não se tente virar o bico ao prego e tentarmos fazer o chamado golpe palaciano, ok?”-----

-----O Sr. José Santos (BE), relativamente à intervenção do Sr. Fernando Bernardo, disse que o BE estava completamente de acordo com a primeira parte da intervenção, mas o mesmo não podia dizer em relação à segunda parte da mesma. Referiu que iria votar na Proposta mais favorável à população.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) disse que o PS vai dar um sinal à economia e à população, propondo uma descida da taxa do IMI. Sobre as eleições legislativas, que se realizaram no dia 4 de outubro, disse que via a questão de maneira diferente do que a referida pelo PSD, uma vez que a esquerda teve mais votos e assim a Direita perdeu a maioria no Parlamento. Disse esperar é que o País ande para frente.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou à Bancada do PS se quando o Eng. Guterres ganhou as eleições legislativas, o PS tinha colocado a questão se a maioria era de Esquerda ou de Direita.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que, pela primeira vez, a Câmara Municipal cumpriu aquilo que está no Estatuto do Direito de Oposição e o CDS, como Partido, recebeu uma proposta das GOP e de Orçamento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) voltou a solicitar a intervenção dos senhores Vereadores que não são do PS, no sentido de os mesmos responderem à pergunta anteriormente colocada por si.-----



-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a proposta das GOP e do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2016, foi remetida a todos os Grupo e as todos os Partidos. Referiu que a Câmara Municipal teve o cuidado em cumprir aquilo que a Lei determina.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse manter a questão e acrescentou que se a Sra. Presidente da Câmara Municipal tem dúvidas sobre o que a CDU diz, que consultasse os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal. Referiu que a Câmara Municipal é composta por 7 Membros e a Câmara Municipal não tinha aprovado qualquer proposta de Plano e Orçamento, pelo que qualquer proposta de Plano e Orçamento que apareça em nome da Câmara Municipal não é verdadeira. Perguntou aos senhores Vereadores que não são do PS se, na qualidade de Vereadores, aprovaram, discutiram, participaram em qualquer discussão sobre o Plano e Orçamento para 2016.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que esta discussão nada tinha a ver com o Ponto da ordem do Dia em apreciação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que se está a tentar encanar a perna à rã, para que os 3 Vereadores que não são do PS digam se receberam, ou não, na qualidade de Vereadores, e participaram, numa proposta de Plano de Atividades e Orçamento.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o seu Grupo Municipal recebeu os documentos, internamente não sabe o que se passa na Câmara Municipal, nem tem que o saber.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal TSL, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | TSL | BE | TOTAL |
|---------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-------|
| VOTOS A FAVOR | 0 | 5 | 3 | 0 | 1 | 1 | 10 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| VOTOS CONTRA | 12 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 15 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 88/AM/2015:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal TSL.---

-----Seguidamente passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | TSL | BE | TOTAL |
|---------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-------|
| VOTOS A FAVOR | 0 | 5 | 3 | 0 | 1 | 1 | 10 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| VOTOS CONTRA | 12 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 15 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 89/AM/2015:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2016, tendo-se verificado o seguinte resultado:



Fl. 205v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

| | PS | PSD | LCF | CDU | TSL | BE | TOTAL |
|----------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------|--------------|
| VOTOS A FAVOR | 12 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 15 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| VOTOS CONTRA | 0 | 5 | 2 | 0 | 0 | 1 | 8 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 90/AM/2015:**

-----**Aprovada**, por maioria, a percentagem de participação variável no IRS para 2016 em 5%, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1, do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 2 de setembro de 2015.-----

-----**PONTO 7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2016:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 565-10.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que as sugestões que a TSL vai dando à Câmara Municipal, estão a ser bem acolhidas. Referiu que ainda há disponíveis cerca de 204 mil euros proveniente das Derrama.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que é para continuar a aplicar na reabilitação do parque habitacional social da Câmara Municipal, sendo que parte da verba será ainda aplicada no presente ano de 2015.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que a Câmara Municipal devia desagrar a Derrama, logo que possível, pois trata-se de um imposto que penaliza as pequenas empresas.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) propôs que fossem votado em separado as duas propostas dos montantes de taxas apresentadas pela Câmara Municipal sobre a Derrama a cobrar no ano de 2016.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a Derrama, para o fim que está consignada, é importante, mas também sabe que os que mais vão ser prejudicados são as pequenas empresas. Sendo o valor proveniente das empresas com volume de negócio igual ou inferior a 150 mil euros, relativamente baixo, cerca de 48 mil euros, perguntou se não haveria a possibilidade de abdicar desta verba.-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) leu a seguinte Proposta: “Propomos que seja isento de cobrança de Derrama as empresas com volume de negócio igual ou inferior a 150 000,00€ (cento e cinquenta mil euros); - Mantendo a cobrança, à taxa de 1,5%, a empresas com volume de negócios superior a 150 000,00€ (cento e cinquenta mil euros).”-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que o PS pode votar favoravelmente a Proposta da CDU, uma vez que a Câmara Municipal não pode alterar a Proposta aprovada em Reunião de Câmara e assim resolvesse o impasse.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD é contra o lançamento da Derrama,



exceto em caso muito excecionais. Relativamente ao que estava em cima da mesa disse que concordava que a votação fosse feita separadamente, sendo mesmo a favor da Proposta apresentada pela CDU.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou à Câmara Municipal se a Assembleia ao fazer uma recomendação à Câmara para que esta na sua próxima Reunião, retirasse a Derrama a cobrar às empresas com volume de negócio igual ou inferior a 150 mil euros, a mesma tinha acolhimento por parte da Câmara Municipal.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Câmara Municipal toma sempre em conta as recomendações da Assembleia Municipal e numa perspetiva de apoio aos pequenos e médios comerciantes, concorda com a Proposta da CDU.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que faz sentido a Proposta da CDU ser aprovada por unanimidade. Referiu que Lagos tem uma das Câmaras mais ricas do País, mas, no entanto, tem uma população pobre. Disse que no Algarve onde mais empresas foram à falência foi em Lagos. Anunciou o voto a favor na Proposta da CDU.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que a Derrama é um imposto que vem sobrecarregar mais as empresas, sendo que este imposto, nos últimos anos, tem sido um imposto recorrente. Referiu que está provado que as empresas em Lago estão a passar por uma má situação e este imposto em nada contribui para a melhoria da situação.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) anunciou a aceitação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, por parte do PS.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 91/AM/2015:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Assim, na sequência de proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 2 de setembro de 2015, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1, do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, foi **autorizado** o lançamento de uma derrama, a cobrar em 2016, aplicando a taxa de 1,5%, sobre o lucro tributável, às empresas com volume de negócio superior a 150 000,00€ (cento e cinquenta mil euros), com sede na área do Município, cuja receita ficará consignada à requalificação e reparação do parque habitacional municipal e a obras em parques infantis municipais.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Alberto Baptista (TSL): “A TSL votou favoravelmente esta Proposta porque a Câmara Municipal aceitou a recomendação da Assembleia em relação a esta mesma proposta.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O PSD votou favoravelmente à Proposta, mas não concorda com a Derrama acima dos 150 mil euros.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 20 minutos, o



Fl. 206v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 46 minutos.-----

-----**PONTO 8 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, A APLICAR NO ANO DE 2016:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 565-13.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por dizer que o montante em causa, proveniente desta cobrança é irrisório. Disse que esta taxa também abrange a população menos favorecidas, sendo que esta taxa se reflete nos consumidores finais, pelo que propôs a não cobrança desta taxa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que há 10 anos que a CDU votava contra a taxa proposta, mas este ano vão votar a favor, porque a 3 de setembro saiu uma alteração à Lei sendo que este encargo passa a ser da responsabilidade da empresa prestadora do serviço e não o consumidor final a suportar a taxa, sendo esta uma reivindicação, desde sempre, da CDU.-----

-----O Sr. José Santos (BE) anunciou o voto a favor na proposta apresentada pela Câmara Municipal, na sequência da alteração legislativa referida pela CDU.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem que era suportada pelo consumidor final vai passar a ser suportada pelo fornecedor do serviço.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que esta alteração legislativa, mostra que vale a pena sempre lutar. Referiu que independentemente do valor baixo desta taxa, é mais justo que sejam as empresas a pagar do que o município.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) retirou a Proposta, no seguimento da informação dada pela CDU e anunciou o voto a favor na Proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 92/AM/2015:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano de 2016, no valor de 0,25%, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1, do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 2 de setembro de 2015.-----

-----**PONTO 9 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, A APLICAR NO ANO DE 2016:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da



Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 565-14.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou se a Câmara baixava a taxa de IMI.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, esclareceu que a taxa proposta, pela Câmara Municipal, cobrar em 2016 será de 0,39%, baixando a taxa cobrada no ano de 2015, que foi de 0,40%.-----

questão do Artigo 112.º do IMI, relacionado com um benefício às famílias, em função do agregado familiar, como está a ser adotado pela grande maioria dos Municípios do País. Referiu que esta redução proposta pela Câmara Municipal é irrisória, pois o valor que cada família vai pagar é praticamente o mesmo. Disse este era o momento importante para dar sinais claros ao tecido produtivo de que se estava num momento de viragem, como refere o PS, há já algum tempo. Referiu haver margem para baixar mais a taxas uma vez que a tendência é que a receita proveniente do IMI continue a crescer, por força de cada vez mais haver menos beneficiários de isenções, para além de que os valores das reavaliações dos imóveis, subiram. Disse que a proposta da LCF é que a taxa de IMI a cobrar em 2016 seja de 0,38% e que seja aplicado o Artigo 112.º do IMI. Sobre as famílias disse que todos os dias se fala da necessidade de promover o crescimento da população, e foi criado pelo Governo um mecanismo no IMI que pode ajudar a tal, que é a minoração da taxa num determinado valor percentual.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que olhando para os números fornecidos e para as receitas geradas pelo IMI ao longo dos últimos anos, não será correto a Sra. Presidente da Câmara Municipal, dizer, como disse na sua introdução ao assunto, que o Município ao baixar a taxa de ,40%, para 0,39%, vai perder cerca de 400 mil euros, uma vez que não é isso que os números mostram, uma vez que o fim das isenções vai colmatar a previsão da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que as famílias com mais filhos, que têm habitação própria permanente, podem usufruir de um desconto, ou seja todo o outro tipo de habitação não teria tal benesse. Referiu que o fator localização tem que ser estudado em Lagos, pelo que lançou o desafio de ser criado um Grupo de Trabalho que envolvesse todos os Grupos Municipais, no sentido de se debruçar sobre este assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “Não foi fácil definir a nossa posição sobre a taxa do IMI, depois da CM ter reduzida o seu valor de 0,4% para 0,39%. Mas, face ao conteúdo da nossa Declaração inicial sobre as propostas da CM para as taxas a aplicar em 2016, não podemos deixar de apresentar uma alternativa que reduza ainda mais a pressão fiscal local, sobretudo do IMI, a partir do momento que cessou a cláusula de salvaguarda. Assim, apresentamos uma Proposta de substituição da alínea b) da Proposta da CM, cujo conteúdo passamos a ler e cujo original está já na Mesa da AM. PROPOSTA - A CM, nas suas considerações para fixar o valor e as demais condições da Taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para 2016, reporta-se, quase exclusivamente, aos



Fl. 207v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

compromissos do PAF/PAEL. Mas, mesmo só reportando ao PAF/PAEL, - omitindo-se as razões financeiras e socioeconómicas que apontámos na nossa Declaração - é quase consensual que o previsto para o IMI em 2016 não se coaduna com o estipulado no referido documento, uma vez que, nem em 2014, nem em 2015, a inflação atingiu os 2%, medida sobre a qual assenta o crescimento anual dos valores do IMI exigidos pelo PAF. A “atualização do Plano de Ajustamento Financeiro” será, por isso, um dos projetos prioritários da nova unidade orgânica da CM, o “ministério” da Equipa Multidisciplinar, através do GEE (Gabinete de Estudos Estratégicos), de acordo com o texto das GOP. Repetimos o que dissemos na nossa Declaração inicial: que é a própria proposta das GOP 2016 que reconhece que se “se encontram postos em causa um conjunto de pressupostos que presidiram à sua elaboração”. Assim, a TSL, ao abrigo do Regimento da AM, apresenta uma “proposta de substituição”, não deixando de referenciar as consequências orçamentais para 2016. PROPOSTA. De acordo com os considerandos acima, a TSL apresenta a seguinte Proposta de substituição à alínea b) da proposta da CM, relativa ao imposto Municipal sobre imóveis para o ano 2016: a) ... b) A aplicação da taxa de IMI de 0,38% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. c) ... d)... O total de perda de receita municipal da Proposta da TSL aproxima-se dos 350 mil euros, o que equivale a 0,75% do Orçamento Municipal para 2016. O gap entre 0,39% da CM e 0,38% da TSL, no valor de cerca 350 mil euros, pode ser absorvido, quer pelo resultado do exercício de 2015, devido ao excesso da receita do IMT de 2015, quer pela redução de valores em Outros ou Outros Serviços: bastaria, para isso, que, neste último caso, as contas por parcelas da TSL, no valor de 2 300, fossem substituídas pelas contas do Resumo do Orçamento, no valor de 1 690 mil euros. A redução permite também repor 2/5 do valor da anterior cláusula de salvaguarda, bem como, eventualmente, libertar apoios sociais que a CM hoje presta.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) apresentou a seguinte Proposta: “Considerando que: O Concelho de Lagos é um dos Municípios a nível nacional com uma das maiores capitações de IMI. Lagos é um Concelho onde existe uma forte componente de segunda habitação, que gera um acréscimo de receita de IMI. O processo geral de avaliação aumentou fortemente o valor patrimonial dos imóveis, o que irá gerar uma maior receita. O Concelho de Lagos, tem uma forte componente sazonal na área do emprego e da atividade empresarial. A redução do IMI constitui um fator de incentivo ao investimento. Existe um número elevado de famílias para quem o pagamento do IMI representa uma extrema dificuldade face aos valores em que o mesmo se situa, devendo considerar-se também outros impostos, taxas e etc., (destinados ou pagos) à Câmara Municipal de Lagos, os quais, também são praticados por alto quando comparados com outros municípios. A adesão ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), que obriga ao cumprimento de um Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) e que determina o cumprimento das seguintes metas:



| Plano de Ajustamento Financeiro | | | | | | | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|--|
| | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | |
| Receita IMI | € | € | Taxa IMI a aplicar | € | Taxa IMI a aplicar | € | Taxa IMI a aplicar | |
| Previsto PAF (taxa de inflação 2%) | 12 487 500,00 | 12 737 250,00 | 0,39 | 12 991 995,00 | 0,38 | 13 251 834,90 | 0,39 | |
| Previsto PAF (taxa de inflação real) | 12 487 500,00 | 12 524 962,50 | 0,38 | 12 487 387,61 | 0,37 | 12 487 387,61 | 0,37 | |
| Cobrado | 11 777 373,52 | 13 115 461,71 | 0,40 | 13 499 718,88 | 0,40 | 13 499 718,88 | 0,40 | |

É possível cumprir a receita prevista no PAF aplicando a taxa de 0,39%, mesmo considerando erradamente uma taxa de inflação de 2% e ignorando que o número de isenções vai diminuir substancialmente, o que levará a um acréscimo desta receita. O PAF seria cumprido, considerando a taxa de inflação real e aplicando uma taxa de 0,37%. O Município de Lagos depende fortemente desta receita (para fazer face aos compromissos assumidos no passado recente e que se encontram por liquidar) pelo que se justifica uma proposta conservadora. O Grupo da Assembleia Municipal de Lagos do PSD propõe as seguintes alterações: a) ...; b) A aplicação da taxa de 0,38% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI; c) A aplicação de uma redução do IMI tendo em conta o número de dependentes que compõem o agregado familiar (conforme o n.º 13, do art.º 112.º do CIMI): - 10% para famílias com 1 filho; - 15% para famílias com 2 filhos; - 20% para famílias com 3 ou mais filhos; d) ...; e) ...”

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os últimos Governos têm feito um ataque aos Municípios, criando impostos municipais, mas retirando verbas a atribuir às Autarquias. Referiu que nos últimos dois anos a Câmara Municipal tem arrecadado uma verba superior à prevista arrecadar com a cobrança do IMI, pelo que está na altura de manter um equilíbrio entre as finanças da Câmara Municipal e as finanças dos cidadãos. Reconheceu que o baixar da taxa prejudica os “maiores”, porque a Câmara não tem poderes para verificar as situações de segunda habitação, etc.. Relativamente à taxa proposta pela Câmara Municipal, disse que a mesma podia ter feito um esforço maior e ter proposto uma taxa ligeiramente mais baixa.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que quando leu o diploma do Governo sobre a questão de reduzir a taxa de IMI para as famílias, veio à sua mente a situação das pessoas que querem oferecer um jantar a alguém e fazem-no na casa do vizinho, ou seja, o Governo quer fazer brilharetas à conta das Autarquias, não recolhendo essa situação a sua concordância. Questionou-se o porquê de beneficiar as famílias que estão a criar os seus filhos e não beneficiar aquelas que já criaram os filhos e que estão aposentados. Disse que essa medida não tinha quantificação e por tudo o que disse não propôs a aplicação de tal medida em Lagos. Referiu que a Câmara Municipal caminha no sentido da segurança e da folga financeira do Município, mas, na sua opinião, ainda não estão reunidas as condições para se poder ir mais além na redução dos impostos municipais.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o compromisso assumido o ano passado, foi cumprindo e a proposta de taxa de IMI, apresentada pela Câmara Municipal a cobrar em 2016, é inferior à apresentada e aplicada em 2015. Referiu que a taxa proposta pela Câmara Municipal é ponderada e



Fl. 208v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

garante o cumprimento dos compromissos assumidos. Chamou à atenção para o facto do IMT, em 2017, deixar de ser um imposto municipal para passar a ser um imposto nacional, perdendo assim os Municípios uma receita importante ao longo dos 3 anos seguintes. Disse que o desejável era a taxa ser cobrada pelo mínimo, mas face aos vários cenários e aos compromissos assumidos, isso não é possível, no imediato. Relativamente à questão dos descontos para as famílias, disse que, ao contrário do que foi dito, poucas são as Câmaras Municipais que aderiram a esta medida e que se trata de uma medida que não se sabe qual é o impacto da mesma.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que um por cento das receitas do IMI vão para as Juntas de Freguesia, para fazer face às competências delegadas às Juntas de Freguesia, pelo que qualquer baixa na taxa do IMI vai fazer com que as Juntas de Freguesia percam receitas que são essenciais para os seus Orçamentos. Referiu que todos reconhecem o bom trabalho feito pela Câmara Municipal em termos de contas, uma vez que a situação financeira era muito má quando se iniciou o presente mandato autárquico e no presente as contas e a situação financeira do Município estão equilibradas, no entanto ainda não estão reunidas condições para baixar mais os impostos municipais.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse concordar com as palavras proferidas pelo Sr. José Jácome sobre a questão da localização dos imóveis, relacionada com o IMI. Referiu que as Câmara dizem que o Governo não pode fazer banquetes com o dinheiro das Autarquias, mas esquecem-se que os Municípios também realizaram banquetes à conta do Governo, ou seja, e falando no caso de Lagos, o Governo contribuiu para o PAEL, para a requalificação da EN125, para a recarga da praia da D. Ana, para a obra da Ponte D. Maria, etc.. Lembrou que o Orçamento do Estado, iniciou em 2015, uma política de desagravamento fiscal par as famílias, sendo que o IMI segue a mesma lógica em termos de descontos para as famílias. Disse que a Proposta do PSD não coloca em causa a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, uma vez que o aumento da receita proveniente do IMI irá continuar nos próximos anos.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o excesso orçamental do presente ano de 2015, compensará perfeitamente a questão da taxa de IMI de 0,38%. Referiu aceitar e compreender a argumentação da Câmara Municipal. Disse que a Câmara Municipal tem desenvolvido um bom trabalho a nível das contas municipais, mas lembrou que tem a autarquia lacobrigense tido todo o apoio por parte da Assembleia Municipal ao longo dos 2 anos do presente mandato autárquico, uma vez que nunca vetou nenhum assunto importante, quando o PS não tem a maioria absoluta no órgão deliberativo. Referiu que a questão relacionada com o IMI para as famílias pode sobrecarregar a Câmara Municipal. Disse que a função da Assembleia Municipal é fiscalizar e acompanhar a Câmara Municipal e por isso a preocupação é que um certo abastamento, uma certa abastança a mais na Câmara Municipal, não a vá afastar do rigor que tem estado a utilizar na gestão até à data, pelo que para a oposição estavam não só valores políticos em causa, mas também valores orçamentais, pelo que entende que a Câmara Municipal comporta, perfeitamente, o



desvio que possa advir da proposta apresentada pela TSL.-----
-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) sobre os benefícios fiscais para as famílias numerosas, disse que está provado que não são estes benefícios que aumentam a natalidade. Referiu que todos têm uma ferramenta na mão que pode dar direito à redução do IMI e que tem a ver com o facto das pessoas poderem, de 3 em 3 anos, pedir uma reavaliação do imóvel, sendo que, normalmente, o valor do imóvel baixa e logo o IMI a pagar é inferior.-----
-----O Sr. José Santos (BE) disse que o IMI já foi considerado, por alguns economistas, o imposto mais estúpido existente em Portugal.-----
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse ter registado a grande preocupação com a família por parte do PSD, quando tal não se verificou a nível nacional, quando, entre outras medidas, cortou os abonos de família. Sobre a questão do IMT ir acabar, disse que as leis também se revogam, pelo que nunca se sabe o que pode acontecer.-----
-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou se as questões das cotas da Futurlagos estavam previstas no Orçamento da Câmara Municipal para 2016.-----
-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que as famílias numerosas e o apoio à natalidade, nos últimos tempos, tem sido uma capa que tem servido para tudo, mas na prática não se sente essa preocupação. Disse que o trabalho que tem que, obrigatoriamente, ser desenvolvido pela Câmara Municipal, obriga a não se correr riscos, com uma redução das receitas para além da proposta da Câmara Municipal, uma vez que as receitas provenientes do Estado, são mínimas.----
-----O Sr. Rui Araújo (PSD) esclareceu que quem cortou nos abonos de família tinha sido o Governo PS e não o do PSD.-----
-----Posto isto passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal TSL, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | TSL | BE | TOTAL |
|----------------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-----------|
| VOTOS A FAVOR | 0 | 5 | 3 | 3 | 1 | 1 | 13 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| VOTOS CONTRA | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 93/AM/2015:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal TSL.-----
-----Seguidamente passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal PSD, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | TSL | BE | TOTAL |
|----------------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-----------|
| VOTOS A FAVOR | 0 | 5 | 2 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 1 | 3 | 1 | 1 | 6 |
| VOTOS CONTRA | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 94/AM/2015:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----
-----Seguidamente passou-se à votação da proposta de fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2016, tendo-se verificado o



Fl. 209v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | TSL | BE | TOTAL |
|----------------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-----------|
| VOTOS A FAVOR | 12 | 0 | 3 | 3 | 1 | 1 | 20 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| VOTOS CONTRA | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 95/AM/2015:**

-----**Deliberado**, por maioria, na sequência de proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 2 de setembro de 2015, fixar, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1, do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar em 2016: **a)** Nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 112.º do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) a fixação da taxa de 0,8% para os prédios rústicos; **b)** Nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 112.º do CIMI a fixação da taxa de 0,38% para os prédios urbanos; **c)** Não aplicar uma redução na taxa de IMI, conforme o n.º 13 do Artigo 112.º do CIMI, que considera o número de dependentes que compõem o agregado familiar; **d)** Nos termos do n.º 6 do Artigo 112.º do CIMI e do Artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, a aplicação de uma minoração de 30%, aos imóveis intervencionados na Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos ao abrigo da concessão de licenças de utilização emitidas entre 1 de agosto de 2014 e 31 de maio de 2015, não abrangidos pela isenção de IMI, ao abrigo do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e do Estatuto dos Benefícios Fiscais; **e)** Majoração para o triplo da taxa para os prédios devolutos há mais de um ano e para os prédios em ruínas na Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Votamos a favor da Proposta da TSL, com exceção dos considerandos em que é referido um Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2016 do qual não temos conhecimento como um documento da Câmara Municipal para 2016, aprovado.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O PSD votou contra devido à não introdução do benefício fiscal para as famílias com filhos em sede de IMI, chamado IMI familiar que permite aos Municípios reduzirem a taxa em 10% para famílias com um filho, 15% para as famílias com dois filhos e 20% para as famílias com três ou mais filhos.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) leu a seguinte Recomendação: “A TSL recomenda que a AM manifeste apoio e solidariedade aos elementos da CPCJ que, durante oito horas, sofreram as agruras de um sequestro. Deseja, também, a TSL que os membros sequestrados se encontrem bem e que recuperem rapidamente do sofrimento psicológico porque que passaram.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que faria chegar a quem de direito as palavras do Grupo Municipal TSL, em nome da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 10 – OBRAS EM EDIFÍCIOS E ARRUAMENTOS CONTRATADAS POR CONCURSO PÚBLICO OU POR AJUSTE DIRETO DE EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS EM CURSO E EM VIAS DE SEREM LANÇADOS:** Foi dispensada a leitura da



documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 565-21.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o assunto deste Ponto da Ordem do Dia é da iniciativa do Grupo Municipal LCF, sendo que a Câmara Municipal enviou um simples mapa sobre o assunto. Referiu que todas as obras incluídas no mapa são por ajuste direto, não sabendo assim a relação entre obras por ajuste direto e obras lançados por concurso, pelo que solicitou informação sobre tal.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que as obras que são feitas por ajuste direto seguem todos os tramites que a lei prevê. Referiu não saber qual a relação entre obras por ajuste direto e por concurso. Disse que pelo que percebeu a LCF terá alguma inquietação relativamente aos Serviços da Câmara Municipal que têm este assunto a seu cargo, pelo que o tranquilizou o Sr. Jorge Ferreira, uma vez que os Serviços trabalham com toda a transparência e dentro do espírito da lei e do interesse do Município.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que trouxe este assunto à Ordem do Dia apenas para ter informação sobre o assunto e não por desconfiar do quer que seja. Referiu que o recurso à contratação direta, é um recurso extraordinário, segunda a própria legislação, que recomenda o concurso público, pelo que recomendou à Câmara Municipal que, na medida do possível, recorra sempre a concursos públicos. Referindo-se à obra de recuperação da Ponte D. Maria, disse não ter percebido o porquê de depois de ter sido lançado um concurso público internacional para a execução total da obra é necessário fazer uma nova contratação para reforço estrutural da Ponte.-----

-----O Sr. José Santos (BE) referindo-se a uma obra que está prevista fazer no âmbito da reparação/pavimentação de arruamentos diversos na cidade e Freguesias, a qual consta na listagem enviada pela Câmara Municipal, com o valo de 150 mil euros, perguntou para quando está prevista realizar esta obras e se a mesma vai solucionar algumas questões de buracos nas ruas, com largos meses.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o Sr. Membro da Assembleia Municipal, Jorge Ferreira, pode consultar todos os processos da Câmara Municipal com o devido acompanhamento técnico, sendo que isso já tinha sido dado a conhecer ao Sr. Jorge Ferreira e ao Plenário. Acrescentou que o processo do PDM de Lagos esteve disponível para consulta e o Sr. Jorge Ferreira não chegou a comparecer ou a dar qualquer tipo de justificação para não ter comparecido para consultar o processo, pelo que não vale a pena fazer-se insinuações de que a informação lhe foi sonogada, o que não se verificou, dada à sua extensão, foi cópia integral de processos. Sobre a Ponte D. Maria disse que a mesma tem um projeto para a requalificação de dois dos seus arcos, situação que não interfere na segurança da Ponte. Sobre obras nos arruamentos disse que vão ser arranjas algumas ruas, mas há necessidade de mais verbas para resolver mais problemas nas artérias do Concelho. Informou que mesmos os procedimentos de ajuste direto levam o seu tempo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que os ajustes



Fl. 210v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

diretos são todos realizados dentro da lei, no entanto sempre que é possível é aberto um procedimento de concurso. Referiu que mesmo nos ajustes diretos são contactadas, na maior parte das vezes, mais do que uma empresa.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se da sala, em definitivo, o seguinte Membro da Câmara Municipal:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL | HORA |
|------------------------|--|-------------|
| PSD | Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador | 0.24 |

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por felicitar a Sra. Presidente, porque lhe parece que já compreendeu o papel que está a ser desenvolvido pela sua pessoa. Disse que a Sra. Presidente da Câmara Municipal mudou a sua atitude, uma vez que passou a disponibilizar os processos para consulta. Referiu fazer sentido pedir processo mais antigos uma vez que as coisas têm evolução. Disse que a razão pela qual pede a documentação que pede, é a de que tem o direito à informação. Referiu que nem todos acertam sempre e que não vale apenas tentar passar a mensagem para dentro da Câmara Municipal, de que o Membro Jorge Ferreira fala mal dos funcionários da autarquia, pois apenas quer consultar os processos e se alguma coisa estiver mal, têm que ser encontrados os responsáveis. Relativamente aos concurso disse que na sua opinião os ajustes diretos estão mal, sendo que a recomendação é a de que se opte pela concurso público.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que é natural que tenha mudado de atitude, uma vez que foi acusada de indícios de corrupção relativamente ao concurso de limpeza urbana e por isso passou uma tarde na Polícia Judiciária, por uma queixa apresentada pelo Sr. Jorge Ferreira, e por sonegação de informação, situação que a deixou profundamente ofendida na tarde referida, pelo que em relação ao Sr. Jorge Ferreira e à LCF, haverá sempre desconfiança da sua parte. Acrescentou que tinha sido uma humilhação, enquanto autarca, ter ido prestar declarações, uma tarde inteira, à polícia judiciária.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a Sra. Presidente da Câmara Municipal processou o Sr. Jorge Ferreira por difamação da Câmara Municipal. Referiu que a Sra. Presidente da Câmara Municipal, não deu a informação no tempo próprio, pelo que sonegou informação porque a mesma não foi dada no momento próprio e quando a mesma era necessária, sendo que esta situação não se verificou só com a LCF.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que o que acabou de assistir foi uma grande vergonha, uma vez que a maneira como o Sr. Jorge Ferreira tratou a Sra. Presidente da Câmara Municipal, era inadmissível.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que não esperava uma reação diferente por parte da Sra. Clara Rato, uma vez que é assim que se mostra a lealdade para com os nossos.-----

-----**PONTO 11 – ANÁLISE DAS DELIBERAÇÕES E TEOR DO CONCURSO PÚBLICO PROVISÓRIO RELATIVO AO SERVIÇO A ONDA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente



enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 565-22.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o assunto deste Ponto da Ordem do Dia é da iniciativa do Grupo Municipal LCF, e que a documentação enviada pela Câmara para o presente Ponto, mostra que a gestão da Câmara Municipal não tem sido a melhor, porque antes de terminar o prazo de uma prestação de serviços ou próximo concurso tem que estar concluído, e nesta situação isso não se verificou. Referiu que ninguém, é responsável por esta situação, mas, no entanto, esta situação acarreta custo para o Município. Disse que os principais responsáveis, são os políticos e depois vêm os responsáveis técnicos.-----

-----**SAÍDA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentaram-se da sala, em definitivo, os seguintes Membro da Assembleia Municipal:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME DO MEMBRO | HORA |
|-----------------|--|------|
| PS | João Henrique Pereira | 0.40 |
| PS | Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato | 0.40 |

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que Sr. Jorge Ferreira mostra um total desconhecimento sobre este e outros assuntos, para além de ser mal-educado para com as pessoas. Disse que o Sr. Jorge Ferreira ao referir que a Câmara Municipal saiu prejudicada com a forma como conduziu este processo, está a induzir quem ouve a conversa, no erro, uma vez que o prejuízo para a autarquia é de zero euros, porque desde que terminou o concurso anterior a autarquia tem estado a fazer ajustes diretos nos valores praticados até então.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) relativamente à educação que tem, disse que a mesma não está nem acima nem abaixo da educação do Sr. Vice-Presidente. Perguntou se o Sr. Vice-Presidente achava normal que num contrato no serviço administrativo, não esteja pronto no momento em que é suposto estar pronto, sendo que há que apurar responsabilidade e responsáveis.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 48 minutos, da madrugada do dia 8 de outubro, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----



Fl. 211v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

